

SIFUENTES, Mônica; CALMON, Guilherme (Coord.). **Manual de aplicação da Convenção de Haia de 1980**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2015. 45 p.

TEXTO INTEGRAL

Apresentação		7
1	Introdução	9
1.1	A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado	9
1.2	A Convenção de 1980 – visão geral	9
2	Procedimentos iniciais extrajudiciais	10
2.1	O papel das autoridades centrais	10
2.2	Pedido de cooperação por meio das autoridades centrais	11
2.3	Procedimentos administrativos: localização da criança, tentativa de conciliação	12
2.4	Encaminhamento do caso para a Advocacia da União	15
2.5	Fluxograma da parte pré-processual	17
3	Procedimento judicial	19
3.1	Petição inicial: partes	19
3.2	Petição inicial: requisitos	19
3.3	Petição inicial: documentos	20
3.4	Requisitos para o processamento	21
3.5	Procedimento aplicável	22
3.5.1	Legitimação ativa e passiva (precede da audiência de conciliação)	22
3.5.2	Audiência inicial de conciliação	23
3.5.3	Produção antecipada de prova pericial	24
3.5.4	Participação do Ministério Público Federal	26
3.5.5	Audiência	27
3.5.6	Comunicações Judiciais Diretas – juiz de enlace	34
3.5.7	Decisão liminar	38
3.5.8	Sentença e garantias de retorno	39
3.5.9	Exceções ao retorno da criança	42
3.5.10	Art. 16 da Convenção – ação de guarda e ação de restituição	44
3.5.11	Execução da sentença	44
3.5.12	Recursos cabíveis	45
4	Referências	45